

ID: CE53C13846794





IULGAMENTO ADMINISTRATIVO (REPUBLICAÇÃO)

PROCESSO DISCIPLINAR ADMINISTRATIVO Nº 02/2023 SERVIDOR: A.N.S

OBJETO: APURAÇÃO DE INFRAÇÃO FUNCIONA ORIGEM: COMISSÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR

I - RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2023, com trâmit pelo procedimento ordinário, para apurar e responsabilizar possível prática de falta funcional de servidor lotado na Secretaria de Educação do Município de Luís Correia/PI.

determinante o recebimento de denúncia via ofício nº 099/2023, oriunda da secretaria acima mencionada, este que solicitou a abertura para apuração de fato relativo à infração funcional.

do procedimento administrativo, o qual foi estabelecido pela Portaria nº 188/2023 do Gabinete da Prefeita Municipal, com base na Lei n. 575/2004 (Estatuto do Servidor)

Em relatório final, a Comissão Processante apresentou cometeu a infração prevista no artigo 117, da lei nº 575 de 2004. Deste modo, esta Comissão por decisão unânim 575/2004, fato confirmado pelo Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

<u>II – FUNDAMENTAÇÃO</u>

Cuida-se de matéria que suscita a abordagem quanto a apuração de possíveis atos ilícitos e a determinação de quem o praticou, no que tange a denúncia de possível prática de falta funcional, baseado no prejuízo ao servico público desta Administração

Av. Prefeito Antônio de Pádua da Costa Lima, 261 — Centro, CEP: 64220 CNPI: 06.554.448/0001-33 — Luís Correia — Piauí





legal o estatuto do servidor público municipal (Lei nº 575/2004), a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade); e subsidiariamente, a Lei n. 8.112/90 (Estatuto do Servidor da União), Código Civil e documentos recebidos da Secretaria Municipal de Educação.

Assim, em observância ao Relatório Final e ao Parecer Jurídico que o referenda, observa-se que a comissão aplicou todos os procedimentos adequados em busca da apuração dos fatos e da valorização os argumentos de defesa, incluindo documentos, indiciamento e defesa administrativa, nos quais tornaram plausível a materialmente e a autoria

III - DISPOSITIVO

provo o Parecer Final da Comissão Processante, constantes nos autos em n° 575 de 2004, e consequente aplicação da pena de ADVERTÊNCIA, conforme preceitua o artigo 115, I da Lei nº 575/2004.

CARLOS JOSÉ RODRIGUES MACHADO

ID: D742F61E229A4



ATO DE SANÇÃO E PROMULGAÇÃO

Sanciona e promulga proposição legislativa oriunda do devido Processo Legislativo

A PREFEITA MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA. Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 34 da Lei Orgânica do Município

CONSIDERANDO a aprovação, pela Câmara de Vereadores, do Projeto de Lei n. 038/2023, de autoria do Poder Legislativo;

Art. 1°. SANCIONAR o Projeto de Lei nº 038/2023, de autoria do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2°. PROMULGAR a Lei nº 1088/2023, oriunda do Projeto de Lei mencionado

Art. 3º. Publique-se e Registre-se.

Luís Correia, 14 de novembro de 2023.

MARIA DAS DORES
FONTENELE
BRITO:56629281349
Dados: 2023.11.14 11:38:25
-0300

Maria das Dores Fontenele Brito Prefeita Municipal

Luís Correia-PI - CEP: 64220-000 CNPI 06.554.448/0001-33



LEI Nº 1088/2023, 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a nomeação de praça pública neste Município, e dá outras providências.

A PREFEITA DE LUÍS CORREIA - PI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo

Art. 1º Passa a denominar-se "Praça Multieventos Carlos Júnior" o logradouro público localizado à Avenida José Maria de Lima, bairro Centro, ao lado do Ginásio Poliesportivo nesta cidade.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Luís Correia, 14 de novembro de 2023.

MARIA DAS DORES Assinado de forma digital por MARIA DAS DORES FONTENELE
BRITO:56629281349
Dados: 2023.11.14 11:38:58
03:00'

Maria das Dores Fontenele Brito Prefeita Municipal

Luís Correia-PI - CEP: 64220-000 CNPI 06.554.448/0001-33